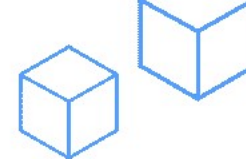


LGPD

Conceitos da Lei Geral de Proteção de Dados

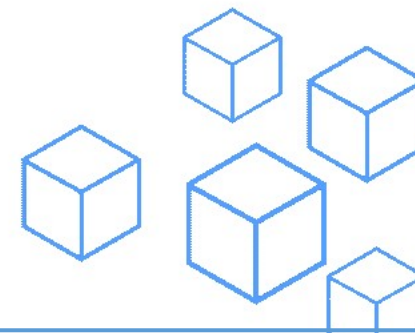
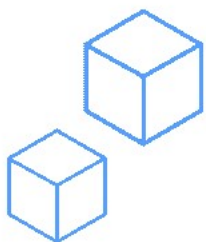
Entendendo a Lei Geral de Proteção de Dados

LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS BRASILEIRA



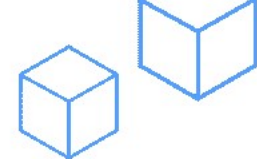
A Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira foi criada para acompanhar uma tendência mundial de adequação e respeito à privacidade, criando regras e definições para a utilização de dados de titulares brasileiros, ou operações de tratamento iniciadas dentro do território nacional.

A HealthBit acompanha as diretrizes de segurança e proteção de dados trazidas pela LGPD desde a fase de projeto da lei, implementando medidas para garantir o tratamento adequado dos dados confiados por seus clientes e titulares de dados.



Escopo de Aplicação

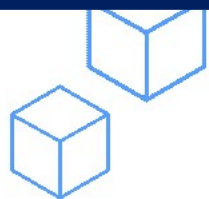
A QUEM SE APLICA A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS? – ARTIGO 3º, LGPD



Qualquer pessoa natural ou jurídica, pública ou privada, que realize operação de tratamento de dados, *independentemente do meio*, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

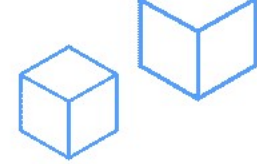
- A operação de tratamento seja realizada no território nacional;
- A atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional; ou
- Os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território

Observação: consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.



Princípios da LGPD

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS?



BOA-FÉ

FINALIDADE

ADEQUAÇÃO

NECESSIDADE
“O MÍNIMO
NECESSÁRIO”

LIVRE ACESSO

QUALIDADE DOS
DADOS

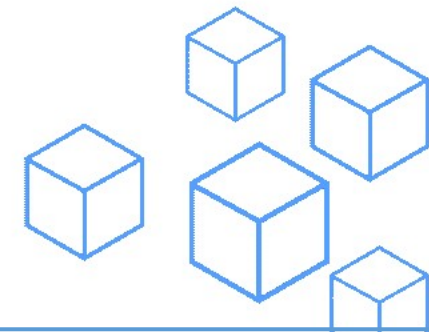
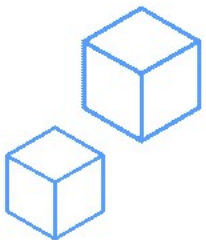
TRANSPARÊNCIA

SEGURANÇA

PREVENÇÃO

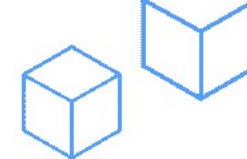
NÃO
DISCRIMINAÇÃO

RESPONSABILIZA
ÇÃO



Escopo de Aplicação

QUANDO **NÃO SE APLICA** A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS? – ARTIGO 3º, LGPD



PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS QUE NÃO VISEM NENHUM FIM ECONÔMICO.



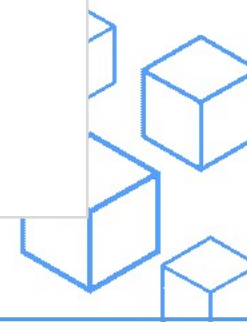
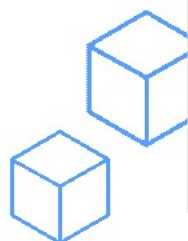
TRATAMENTO EFETUADO PARA PROPORCIONAR SEGURANÇA PÚBLICA, DEFESA NACIONAL, SEGURANÇA DO ESTADO E ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO.



OPERAÇÕES DE TRATAMENTO REALIZADAS PARA FINS JORNALÍSTICOS, ARTÍSTICOS OU ACADÊMICOS.

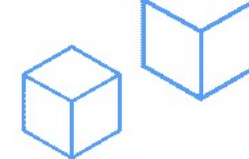


PROVENIENTES DE FORA DO BRASIL E QUE NÃO SEJAM OBJETO DE COMUNICAÇÃO



Definições Gerais

LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS BRASILEIRA

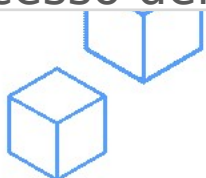


DADO PESSOAL (ART. 5º, INC. I)

Segundo a descrição legal, são informações que **identificam** ou **tornam identificável** qualquer pessoa natural. (Exemplos: dados cadastrais, data de nascimento, profissão, dentre outros).

DADO ANONIMIZADO (ART. 5º, INC. III)

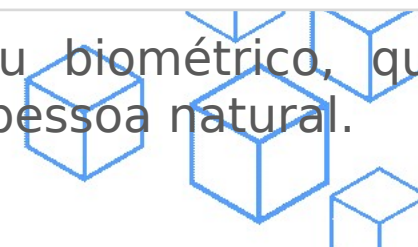
Trata-se de um dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento (processo denominado de anonimização).



DADO PESSOAL SENSÍVEL (ART. 5º, INC. II)

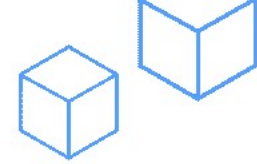
São informações que possibilitam a discriminação da pessoa natural identificada ou identificável, taxativamente elencados pela lei no artigo 5º, inciso II:

- origem racial ou étnica;
- convicção religiosa;
- opinião política;
- filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político;
- dado referente à saúde ou à vida sexual;
- dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.



Figuras da LGPD

QUEM SÃO AS PESSOAS DESCRITAS PELA LEI?



TITULAR DE DADOS

Pessoa natural a quem se refere os dados pessoais objeto de tratamento.

CONTROLADOR

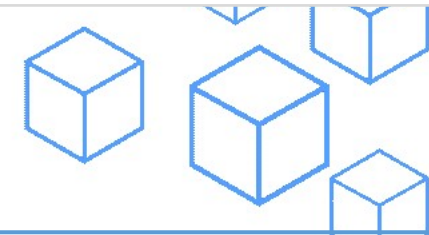
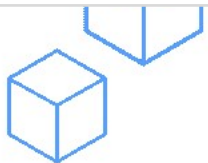
Agente de tratamento, podendo ser pessoa física ou jurídica que coleta os dados para qualquer finalidade.

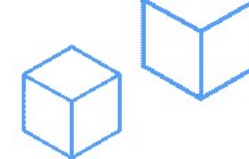
OPERADOR

Agente de tratamento, que realiza operações em nome do Controlador.

ENCARREGADO – *Data Protection Officer*

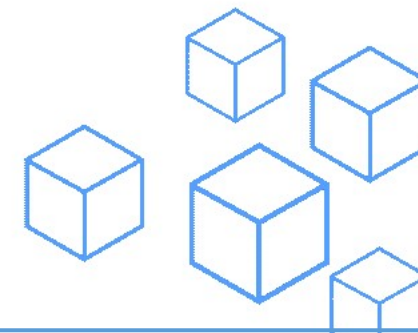
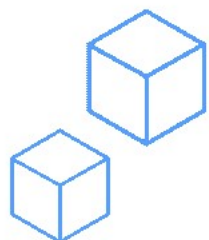
Pessoa responsável pela intermediação entre os agentes de tratamento, a ANPD e o titular dos dados. Será uma figura presente em todas as empresas.

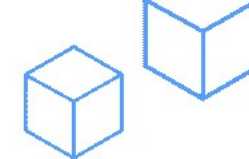




ARTIGO 5º, INC. X – DEFINIÇÃO LEGAL DE TRATAMENTO

“**Tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a **coleta**, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, **transmissão**, distribuição, **processamento**, arquivamento, **armazenamento**, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, **transferência**, difusão ou extração;





BASES PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS ARTIGO 7º LGPD



Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.



Tratamento de dados da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde, serviços de saúde ou por entidades sanitárias.



Proteção do crédito.



Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.



Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.



Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.



Interesses legítimos do controlador ou de terceiro.



Estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.

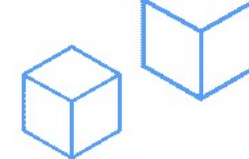


Consentimento.



Execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, pela administração pública.





BASES PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS ARTIGO 11 LGPD



Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos.



Tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde, serviços de saúde ou por entidades sanitárias.



Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.



Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.



Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.



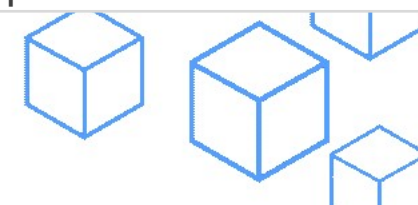
Estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.



Consentimento.

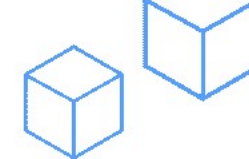


Execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, pela administração pública.



Quais são as bases legais mais utilizadas pela HealthBit?

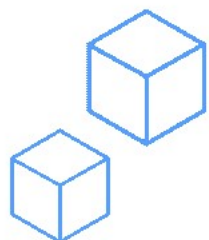
LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS BRASILEIRA



DADOS PESSOAIS

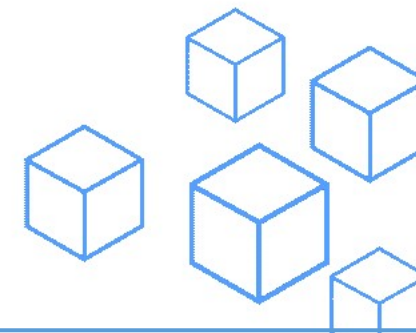
Ao tratar dados pessoais na figura de operadora ou controladora de dados, a HealthBit atua visando:

- Cumprimento de seus contratos;
- Agir de acordo com interesses legítimos, internos e de nossos clientes;
- Tutela da saúde, atuando no fornecimento de serviços de saúde.



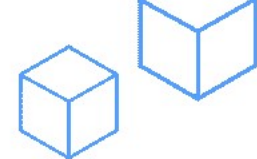
DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

Ao tratar dados sensíveis em suas atividades a HealthBit atua para melhorar a qualidade da saúde de seus clientes, valendo-se da base legal da Tutela da Saúde na prestação de serviços de saúde em favor dos titulares dos dados, em conjunto com as empresas clientes.

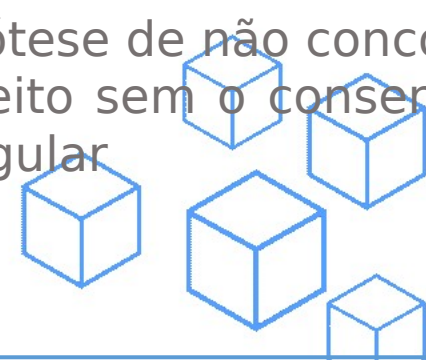


Direitos do Titular de Dados

SAIBA QUAIS SÃO OS SEUS DIREITOS COMO TITULAR DE DADOS

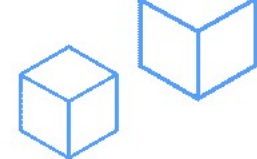


- **Confirmação da existência** de tratamento de dados.
- **Acesso aos dados** pessoais que lhe digam respeito.
- **Correção** dos dados incorretos, incompletos ou desatualizados.
- **Eliminação** de dados pessoais excessivos, ou caso o tratamento seja ilícito.
- **Portabilidade** de dados a outro fornecedor, desde que observado os segredos comercial e industrial.
- **Eliminação** de dados, exceto quando o tratamento é legal (mesmo sem o consentimento do titular).
- **Informação sobre os compartilhamentos** dos dados com entes públicos e privados, caso ocorra.
- **Informação sobre o não consentimento**, informando a não autorização para tratamento de dados.
- **Revogação** do consentimento, nos termos da lei.
- **Reclamação** contra o controlador de dados junto à ANPD.
- **Oposição**, na hipótese de não concordância com tratamento feito sem o consentimento que considere irregular.



Violação de Dados

O QUE A LEI CLASSIFICA COMO INFRAÇÃO?



Violação é uma falha de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, alguma infração a direitos dos titulares, deixando que os dados caiam em mãos de terceiros, que não deveriam ter acesso aos mesmos.

Exemplos: destruição, perda, alteração, divulgação e acesso indevidos

RESPONSABILIDADE DOS AGENTES DE TRATAMENTO

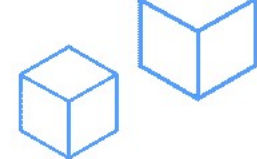
Art. 42, LGPD. “O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, **causar a outrem dano** patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, **é obrigado a repará-lo**.”

§ 1º A fim de assegurar a efetiva indenização ao titular dos dados:

I - o operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em que o operador equipara-se ao controlador, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei;

II - os controladores que estiverem diretamente envolvidos no tratamento do qual decorreram danos ao titular dos dados respondem solidariamente, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei.”

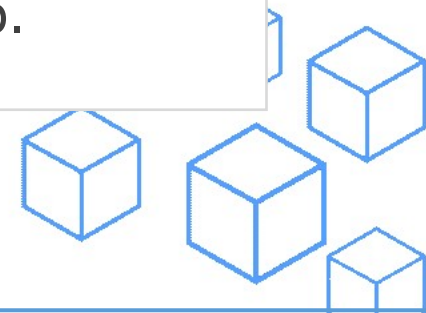
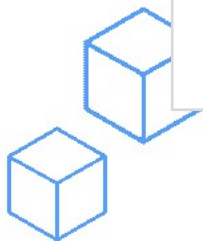




OS AGENTES DE TRATAMENTO QUE COMETEM INFRAÇÃO A LEI FICAM SUJEITOS

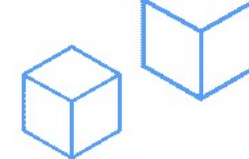
À:

- Advertência.
- Multa simples, de até 2% do faturamento bruto, observando o limite de R\$ 50.000.000,00.
 - Multa diária, observando o limite acima.
 - Publicitação da infração.
- Bloqueio dos dados pessoais da infração.
- Eliminação dos dados pessoais da infração.



Como nos adaptamos à LGPD?

LEI Nº 13.709/2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS BRASILEIRA



O QUE DIZ A LEI?

Art. 46, LGPD. “Os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.”

PRIVACY BY DESIGN

O conceito de privacidade desde à concepção utilizado pela HealthBit engloba princípios como:

- Atuação proativa e não reativa;
- Inserir a proteção de dados como tema padrão;
- Incorporar a proteção de dados desde a fase de projeto;
- Transparência de dados
- Respeito ao titular

COMO ATUAMOS?



PRIVACY BY DEFAULT

Os dados pessoais são tratados pela HealthBit com a mais elevada proteção da privacidade (por exemplo, apenas os dados necessários devem ser tratados, período de conservação curto, acessibilidade limitada) para que, por padrão, os dados pessoais não sejam disponibilizados a um número indefinido de pessoas.





*Uma pequena atitude pode salvar a vida
de muitos*
VOCÊ PODE FAZER A DIFERENÇA

*O poder de fazer a diferença está em
suas mãos*